

PETROPOLITANAS



GABRIEL RATTES/CM

Recurso do Município foi negado pelo Tribunal de Justiça do Rio

Montreal poderia ser uma opção temporária para a empresa Turp?

Conforme já noticiado pela imprensa, a Turp e a Prefeitura de Petrópolis sofreram mais uma derrota na Justiça. Isso porque foi negado o recurso apresentado pelo município em uma ação de despejo que envolve o terreno utilizado para abrigar os ônibus da empresa, em Itaipava. Como o Executivo municipal determinou a intervenção na operação da Turp, passa a ter responsabilidade ainda maior sobre a manutenção do serviço de transporte público em pleno funcionamento. Diante desse cenário, surge uma questão: o terreno utilizado pela Montreal poderia ser uma alternativa temporária para a guarda dos ônibus, até que a Turp consiga se adequar às exigências determinadas pela Justiça? A possibilidade, naturalmente, dependeria de uma avaliação técnica e jurídica do município, além da definição das condições para eventual utilização do espaço.

Recursos do PAC serão destinados para obras

O prefeito Hingo Hammes homologou na terça-feira (25) os processos de licitação para três novas obras em Petrópolis. São duas obras de contenção e drenagem no Caxambu e na Vila Militar; além da construção de um centro esportivo na Duarte da Silveira. Esses serviços, representam um investimento com recursos federais de mais de R\$ 8,5 milhões. No Caxambu, a Rua Waldemar Ferreira da Silva, serão construídos três muros de contenção, revestimento do talude com concreto para garantir a estabilidade da encosta e sistema de drenagem.

ASCOM/ PMP



Serviços serão feitos com recursos do novo PAC

Debate para além das eleições

Em um ano marcado pelas eleições, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Petrópolis entra no debate sobre os rumos da economia com uma agenda voltada ao fortalecimento do comércio e dos serviços. A entidade formalizou seu apoio ao Manifesto do Varejo – Eleições 2026, elaborado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), que reúne 14 temas considerados estratégicos pelo setor para o período de 2027 a 2030. A iniciativa busca fazer com que as demandas do segmento não sejam discutidas apenas durante a campanha eleitoral.

Manifesto da entidade

A entidade de Petrópolis destaca que o fortalecimento do comércio local é uma das bandeiras primordiais. Mais do que uma lista de reivindicações, o manifesto pretende servir como instrumento de diálogo entre o setor produtivo e os candidatos às eleições de 2026 e, posteriormente, os futuros representantes dos poderes Executivo e Legislativo. A proposta é colocar na agenda pública medidas para melhorar o ambiente de negócios.

Apoiará na instalação

O Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) conduz os estudos e o desenvolvimento técnico para a implantação de um novo supercomputador de alto desempenho voltado à Inteligência Artificial (IA), no Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo (PAX), em Macaíba, na região metropolitana de Natal (RN).

Anúncio de Lula

O anúncio da instalação do equipamento no Rio Grande do Norte foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento realizado no estado em 20 de agosto de 2026, que contou com a participação do diretor do LNCC, Fábio Borges de Oliveira. O projeto integra o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), coordenado pelo MCTI.

Macaíba como escolha

Segundo a pasta, a definição de Macaíba como local de instalação está relacionada às condições necessárias para a operação de uma infraestrutura computacional dessa dimensão. Estudos dessa natureza precisam considerar fatores como disponibilidade e custo de energia, capacidade da infraestrutura elétrica, entre outros itens.

Lei sancionada

Petrópolis incluiu o Dia do Clamor de Jejum e Oração no Calendário Oficial de Eventos do Município, que será realizado anualmente no primeiro sábado de outubro. A lei nº 9.325/2026, de autoria do vereador e candidato a deputado estadual Fred Procópio (MDB), foi publicada no Diário Oficial da última sexta-feira (20).

Participação

A legislação não estabelece qualquer obrigação de participação religiosa, respeitando integralmente a liberdade de consciência e de crença garantida pela Constituição Federal. Trata-se de uma iniciativa de participação voluntária, aberta a todos que desejarem se unir em oração e reflexão pela cidade.

Lidera imunização?

A Prefeitura de Petrópolis afirmou nesta terça-feira (25) que lidera a cobertura vacinação contra a influenza na Região Serrana. Segundo o município, a cobertura atual é de 45,89% no público prioritário, que inclui idoso, gestantes e crianças. Contudo, o município só esquecer de citar que a meta, de acordo com o Ministério da Saúde, é de 90%.



Município pediu perícia para calcular suposto desequilíbrio da Cidade das Hortênsias

Prefeitura visa estender contratos com empresas de ônibus

Medida contraria decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio

Por **Gabriel Rattes**

Mesmo com determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) para que o contrato da Transporte São Luiz, conhecida como Cidade das Hortênsias (CDH), não fosse renovado, a Prefeitura de Petrópolis defendeu nesta terça-feira (25) a possibilidade de estender o prazo de operação da empresa.

A posição foi apresentada durante audiência na 4ª Vara Cível, em uma ação movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). A Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) também defendeu que as linhas que pertenciam à falida Cascatinha sejam incluídas em um eventual acordo, apesar de o TCE-RJ já ter determinado que esses trechos sejam licitados.

A proposta do Município depende, primeiro, de uma perícia para calcular um possível desequilíbrio econômico-financeiro no contrato da CDH. Segundo o procurador-geral do Município, Fernando Fernandes, após a definição do valor, Prefeitura e empresa poderiam retomar as negociações para um eventual acordo, que poderia resultar na extensão do contrato.

O diretor-presidente da CPTrans, Luciano Moreira, afirmou que a companhia considera necessária e benéfica a extensão do prazo de operação da CDH. Segundo ele, a medida permitiria que os contratos das empresas que atualmente prestam o serviço terminassem ao mesmo tempo, em 2032. A justificativa é que a unificação dos prazos poderia reduzir custos para o

município, facilitar o planejamento do sistema e permitir novos investimentos.

Outro ponto discutido foi a inclusão, em um eventual acordo, das linhas que pertenciam à Cascatinha Transportes Coletivos de Passageiros. Os trechos foram absorvidos pela Cidade das Hortênsias após a paralisação da empresa, em 2024. Segundo Luciano, uma licitação específica para essas linhas poderia impedir os ganhos esperados pelo Município com a unificação dos contratos.

A possibilidade, porém, entra em conflito com uma decisão do TCE-RJ. Em 2021, o Tribunal determinou que a Prefeitura de Petrópolis desse início ao procedimento licitatório para a concessão das linhas que eram operadas pela Cascatinha.

A promotora de Justiça Vanessa Katz, responsável pela ação civil pública, afirmou durante a audiência que é contrária à prorrogação de um contrato que já venceu. Na ação, apresentada em novembro de 2025, o MPRJ sustenta que o contrato já passou por duas prorrogações: uma decorrente de acordo judicial e outra realizada em 2015, sob a justificativa de reequilíbrio econômico-financeiro. Para o Ministério Público, o contrato terminou em agosto de 2025 e não poderia receber uma nova extensão.

A Cidade das Hortênsias, por sua vez, defendeu a permanência no sistema. O advogado da empresa afirmou que a operadora assumiu linhas deixadas por empresas que faliram e continuou realizando investimentos mesmo após o fim do contrato.

Segundo a defesa, a empresa adquiriu 11 ônibus novos em 2025 e 2026.